

A AUTORIDADE CLÁSSICA EM “FATALIDADE”, DE GUIMARÃES ROSA

Felipe Campos de Azevedo^a

RESUMO

Análise do conto “Fatalidade”, de *Primeiras Estórias*, centrada nas referências implícitas e explícitas à cultura grega, desde intertextos com Homero até a reverberação de passagens dos diálogos platônicos. A recepção do universo clássico no conto trabalha com o *topos* da determinação humana e divina sobre o destino e vale-se da dicotomia entre a ordem física (*physis*) e o estabelecimento das leis (*nomoi*).

PALAVRAS-CHAVE: Guimarães Rosa; Homero; Platão.

Recebido em: 14/09/17

Aprovado em: 16/02/18

Introdução¹

O conto “Fatalidade”, de João Guimarães Rosa, se destaca no volume de *Primeiras Estórias* por suas abundantes referências, explícitas e implícitas, à cultura grega, ressaltando-se, como diz o título, o caráter fatalista dos antigos helenos. Nesse conto breve, desenvolve-se uma questão de vida ou morte que culmina com a (dupla) morte de um valentão de nome sugestivo, Herculinão, que vivia a assediar a mulher de um pobre José de Tal, comparado por um breve momento a Aquiles, mais especificamente chamado

^a Mestre em Letras Clássicas – Universidade de São Paulo.

¹ Agradeço à FAPESP por ter financiado minha pesquisa de mestrado, contribuindo para a realização desse artigo.

de “carecido Aquiles”. O confronto final entre esse Aquiles e Herculino pode ser visto, como notado por Christian Werner (2013), como a batalha final entre Aquiles e Heitor na *Iliada*, em uma espécie de apropriação do episódio homérico.² No entanto, para além de um episódio específico, podemos ler no conto uma série de intertextos com a literatura grega, passando desde os épicos homéricos até a filosofia, a tragédia e, por que não, a comédia, dado o claro tom humorístico do conto. Esse humor se dá sobretudo pela visão do narrador (distanciado, mas personagem ao mesmo tempo) sobre os fatos, e pelo modo como ele destaca as frases fatalistas do delegado com certo cinismo, pois este agia como a causa da fatalidade que viria a ocorrer, não por ordem preestabelecida, mas por ele condicionada – e justificada, não explicitamente, devido às condições de *anomia* em que vivia aquela sociedade. Examinemos então como se dão esse fatalismo e esse cinismo no conto em questão, vendo-o sobretudo do ponto de vista da cultura clássica grega, usada (ironicamente) de forma a legitimar essa visão do mundo.

O carecido Aquiles, o Hércules valentão e o delegado *ex machina*

O “caso de vida ou morte” a que o narrador se refere é suscitado, como o poema homérico (*Iliada*) e o início das *Histórias* de Heródoto, pela cobiça por uma mulher. Por esse motivo, o simplório José de Tal, por apelido Zé Centralfe, vai à casa do delegado local, nomeado pelo narrador como Meu Amigo, para pedir a ele que interceda em seu favor, repelindo de perto de sua família o sujeito inoportuno. Esse delegado não é designado apenas como um agente da lei, pois ele é também poeta, professor, ex-sargento de cavalaria e delegado de polícia. Suas qualidades se distinguem, por um lado, como homem letrado e culto (professor e poeta) e, por outro, como homem da lei e da ordem (delegado e sargento). Ao unir as duas faces, Meu Amigo tem uma visão de mundo que se expressa exemplarmente em suas reflexões

² O mesmo crítico (WERNER, 2012, p. 29-50) leu outra adaptação de um episódio homérico em um conto de *Primeiras Estórias*, “Famigerado”, desta vez quanto à passagem do Cíclope Polifemo na *Odisseia*, cujo nome sugere a mesma noção referida no título do conto, entre outros fatos – sempre implícitos, pois nesse conto, diferentemente de “Fatalidade”, não há referências tão explícitas ao contexto grego.

sobre a vida, ou melhor, a impossibilidade desta: “A vida de um ser humano, entre outros seres humanos, é impossível, o que vemos é apenas um milagre, salvo melhor raciocínio” (ROSA, 1981, p. 51). Em algumas dessas reflexões, o delegado faz menção direta ao povo helênico: “Só quem entendia de tudo eram os gregos. A vida tem poucas possibilidades” (ROSA, 1981, p. 51). Essa caracterização do delegado como fatalista se enquadrada na descrição de Paulo Rónai (1981, p. XXVI) sobre os personagens de *Primeiras Estórias*, que seriam, “em grau maior ou menor, videntes”, já que “neles a intuição e o devaneio substituem o raciocínio, as palavras ecoam mais fundo”. E, de fato, as palavras do delegado ecoam, predizendo desde o início, como um oráculo, o final funesto do conto.³

A visão fatalista desse personagem é compactuada pelo narrador, que descreve a aparência de Zé Centerafe como “entre vinte-e-muitos e trinta anos”, e conclui disso que “devia ter bem menos, portanto” (ROSA, 1981, p. 51). A mutualidade de pensamento entre o narrador e o delegado se estende ao longo do conto, e claro sinal dessa confluência é dado pela própria onomástica: Meu Amigo – para além da proximidade com o narrador, o nome é também um dado claro da personalidade das relações que se estabeleciam por uma lei cambiante, na qual o representante da lei é também o amigo ou parente. No entanto, embora cúmplice da situação, o narrador adota um tom cínico para descrevê-la, como ocorre com alguns narradores do mesmo volume, vistos pelos críticos como *a la* Machado de Assis.⁴ Sejamos então também fatalistas e vamos aos fatos, e, mais importante, à forma como eles são narrados por esse personagem oculto que participa da ação apenas como observador, nos termos de Martins (2001, p. 273): “observador interessado e curioso, que tece comentários esclarecedores da situação” – ou ainda, segundo Rónai (1981, p. XXVIII), “testemunha e comentador”.

³ Pode reforçar essa interpretação o fato de o narrador descrever a vinda de Zé Centerafe até o delegado como a “pedir providência”, ou seja, não apenas providências no sentido prático, mas também no sentido mais etimológico do termo, uma previsão – ou, ainda, no sentido religioso, a “providência divina”, como proteção, papel que assemelha o delegado a Zeus e outras divindades antigas. O jogo de palavras, atribuindo-lhes tanto o sentido mais coloquial quanto o mais erudito, é processo recorrente nesse conto.

⁴ Pacheco (2006, p. 100) observa isso nesse conto, e também em “O espelho”; Werner (2013, p. 5) também ressalta essa característica.

Ao chegar à casa do delegado, Zé Centeralfe – alcunha pela qual prefere ser chamado, em vez de José de Tal, seu nome de batismo – define-se como “homem de muita lei” e que é “muito amante da ordem” (ROSA, 1981, p. 52). Essa caracterização é necessária, pois o que ele pedirá ao delegado é que este faça cumprir a lei dentro do território em que cabia a sua atribuição. Apesar da insistência na autoridade da lei, o delegado responde que “Não estamos debaixo da lei, mas da graça” (ROSA, 1981, p. 52). O próprio narrador observa que a citação é de São Paulo, mais especificamente da *Epístola aos Romanos* (VI, 2), e complementa dizendo temer que Meu Amigo não simpatizasse com o pobre homem. A posição duvidosa do narrador em relação às disposições de Meu Amigo não se cumpre, já que o delegado mostra extrema afeição ao pobre injustiçado. Na verdade, o delegado parece invocar a ordem pela qual milita, ou seja, a ordem divina, que deverá imperar apesar da ineficácia da justiça humana, ou seja, das leis. Novamente, parece haver certa ironia do narrador nessa passagem, já que, no desfecho do conto, vemos como não são as forças divinas que parecem decidir a sorte final dos personagens, ou ao menos não é apenas essa a força que age.

No quarto parágrafo do conto, que começa com uma frase de uma palavra, “Representou”, e termina de forma semelhante, com “Relatava”, temos o caso contado segundo a perspectiva de Zé Centeralfe, como se fosse emoldurado por esses dois verbos. Dizia o pobre coitado que era casado, “em face do civil e da igreja” (ROSA, 1981, p. 52), portanto condizente com as duas ordens que imperavam naquele ambiente, a dos homens e a de Deus, o que ressoa mais uma vez a epístola citada de São Paulo. Enquanto vivia em paz com a mulher, Zé Centeralfe “tirava divertimento do comum e até no trabalho não compunha desgosto” (ROSA, 1981, p. 52), acentuando o caráter que seu nome já predizia: um homem mediano, assim como *center-half* era a posição ocupada no futebol pelo jogador que posicionava-se no centro do campo (hoje mais conhecido como meio de campo, ou volante, ao se abandonar a nomenclatura inglesa), entre a defesa e o ataque, mas sobretudo com funções de marcação, sem se arriscar muito em jogadas ofensivas. Tudo corria bem, ou razoavelmente, na vida desse homem comum, até que, “de mandado do mal, foi infernar lá um desordeiro, um vindiço, se engraçou desbrioso com a mulher” (ROSA, 1981, p. 52), do qual o nome era Herculinão, e tinha por

sobrenome Socó. Se de um lado do combate está um homem mediano em tudo, até no nome, como Zé Centeralfe – ou ainda José de Tal, índice claro de sua indeterminação –, de outro lado está um desses valentões, localizados pelo narrador como típicos do sul do estado mineiro, de nome igualmente simbólico: Herculinão não só traz a menção ao herói grego mais notadamente marcado pela força física e brutalidade, mas ainda acrescenta a isso um sufixo aumentativo, já não fosse grande o suficiente a figura de Hércules. O sobrenome, Socó, vai na mesma direção, significando, como nota Martins (2001, p. 461): “ave que se alimenta de peixes e vive sobre terrenos alagadiços”, ou seja, o nome de um predador de peixes; e Zé, nesse contexto, parece um peixe pequeno, perto da voracidade do seu oponente.⁵

A oposição de um homem mediano a um brutamente só poderia gerar em Zé Centeralfe a reação de temor e pânico; afinal, “quem vai arrazoar com homem de má cabeça?, a não ser que fosse para o vir-às-mãos, para alguma injusta desgraça” (ROSA, 1981, p. 52). Assim, apesar do temor, Zé não descartava o confronto físico, mas via essa saída como uma “injusta desgraça”. Mais uma vez a dupla justiça aparece, nessa frase lapidar, na qual os prefixos privativos desfazem tanto a lei humana, “injusta”, como a ordem divina, “des-graça”.⁶ Não era essa a melhor saída na opinião do pobre-diabo, que via sua mulher ser assediada descaradamente, mas parecia a única, já que, onde morava, no arraial do Pai-do-Padre, “a marca da autoridade estava em falta” (ROSA, 1981, p. 52-53), apesar do nome, que trazia de novo a marca da dupla autoridade, a do pai, familiar e humana, e a do padre, pública e divina.

⁵ Vale lembrar o caráter simbólico dos pássaros na cultura grega, sendo um dos motivos mais frequentes de auspícios e presságios, e nesse sentido Herculinão mais uma vez aparece como uma entidade que mistura o natural ao sobrenatural, o humano ao sagrado – assim como Hércules é filho de um deus e uma mortal. Na própria obra de Guimarães Rosa, os pássaros aparecem decisivamente como motivos de auspícios, entre outros em “A hora e a vez de Augusto Matraga”, conto com o qual “Fatalidade” dialoga em muitos momentos, como quando o narrador solta frases que relembram o leitor atento: “na data e hora” (p. 51), para além da própria temática do conto.

⁶ Jogo de palavras que também se nota no trecho citado, pois Herculinão “se engraçou desbrioso”: mais uma vez vemos os usos de prefixos a substantivos fundamentais da trama, a “graça”, de novo, e o “brio”, que é característica que falta ao pobre José, e sobra em seu adversário – a qual é também marca fundamental dos heróis homéricos, que lutam por sua *time* (honra) e seu *kleos* (glória).

O desaforo era tanto que José e a mulher decidem se mudar, “já que para considerar Deus, e não transpassar a lei, o jeito era” (ROSA, 1981, p. 53). “Transpassar”, note-se, e não apenas “passar”, ou o mais comum “ultrapassar”, assim como fazia Herculíno, com a sua “hirsúcia”. O neologismo aqui advém do substantivo latino *hirsutia*, significando “atrevimento”, “insolência”, “audácia”, e que tem um campo semântico próximo ao da *hybris* grega, ou seja, uma desmesura nas ações que lhe cabem enquanto homem, e que é usualmente punida pelas divindades – como são punidos os atos desmedidos dos heróis trágicos como Édipo, Hipólito e tantos outros.⁷ Por causa dessa postura agressiva de Herculíno, o casal de refugiados procura abrigo no arraial do Amparo, lugar que, se não carregava a ordem em seu nome, como o Pai-do-Padre, ao menos apela para a caridade e a piedade – ou seja, a graça. No entanto, nem a benevolência daquele arraial é suficiente para conter Herculíno, pois o homem, o “nominoso, não tardou em aparecer, sempre no malfazer, naquela sécia” (ROSA, 1981, p. 53). Dessa vez o adjetivo usado para qualificar o valentão apela para a esfera sobre-humana, pois ele é descrito como “nominoso”, possível tradução do grego *daimonion*, passando pela forma latina correlata – do que a tradução usual seria “numinoso”.⁸ O *daimon* é uma figura da religiosidade grega, sem se circunscrever a nenhum deus específico, mas simbolizava uma força externa que age sobre os homens. O termo *daimonion* (numinoso) pode ser empregado também para se referir a um acontecimento terrível, uma fatalidade,⁹ uma infelicidade, um infortúnio; também de forma negativa, a palavra *daimonion* derivou em português em demônio, uma força sobre-humana do polo negativo, assim como o “nominoso” no conto está “sempre no malfazer”. Nesse sentido Herculíno parece simbolizar no conto

⁷ O adjetivo *hirsutos* (-a, -um) tem também o significado de “erocado”, “rude” ou, ainda, “selvagem”, característica que cai bem ao valentão, que não respeita as regras de convivência humana, se aproximando nesse sentido de um animal selvagem, ou ainda das figuras prodigiosas da épica homérica, bestas não civilizadas como o ciclope Polifemo, aludido em outro conto do volume, “Famigerado”.

⁸ Martins (2008, p. 354) vê nesse adjetivo uma forma de “malapropismo, usado em vez de ominoso, significando funesto, execrável, nefasto”, sentido próximo do que proponho, embora de derivação e origem diversas – de sua parte, do adjetivo latino.

⁹ Essa é, inclusive, uma das acepções para o termo *daimonion*: “fatality”, ou ainda “fortune”; para o grego do Novo Testamento a acepção é “evil spirity” (*Lidell & Scott* s. v. δαιμόνιον).

mais do que um jagunço valente qualquer, e sim agir como uma força superior, “de mandado do mal”.

Da instituição da pólis à construção de Brasília

Frustrado o plano de fuga para o vilarejo do Amparo, Zé Centeralfe novamente precisa exilar-se, e dessa vez vai rumo à cidade, lugar mais civilizado que o arraial e onde espera encontrar a lei e a ordem que tanto procurava: “aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos. Sou pobre, no particular, mas eu quero é a lei...tanto dito calou-se, em silêncio médio” (ROSA, 1981, p. 53). Fica claro nessa fala que a cidade simboliza para o cidadão pobre um lugar onde ele pode amparar-se, mais do que no arraial que leva “Amparo” no nome, nas alças da lei e dos seus direitos, mas a sua afirmação não é tão segura, já que a fala começa com um discurso indireto e dubitativo, “diz-se que”. A falta de confiança total na supremacia da justiça contrasta com a sede de ordem de José, que, como ele mesmo diz, é um sujeito “pobre no particular”. No plano público, isso não deveria desfavorecê-lo, mas, em razão da incipiência da modernização do país, eram claras, como ainda são, as diferenças dos direitos entre pobres e ricos. Embora incipiente, essa modernização já dava mostras de começar a surgir, pois, diferentemente do ambiente das obras anteriores do autor (como *Sagarana* e *Grande Sertão: Veredas*), passadas durante o período da Primeira República, sobretudo oligárquica, esse volume de contos de *Primeiras Estórias* se passa no período posterior da “Revolução” de Trinta, quando o poder local começava a perder espaço para o poder centralizado. No entanto, essa passagem é lenta e dificultosa, e “Fatalidade” é apenas um dos exemplos disso entre os contos do volume. Isso porque, como veremos, embora ao longo de toda a trama haja uma insistência no valor da justiça institucional, que surgia, esta ainda não tinha se estabelecido de todo.

Durante todo o processo do relato do caso, o delegado se mantém atento e apenas solta vez por outra uma frase sapiencial, como destacado antes, ou apenas interjeições, tais quais “horripilante badameco!”, “cujalma”¹⁰ ou, ain-

¹⁰ “Cujalma” acentua o caráter perverso e diabólico do personagem, pois se refere à alma do

da, “que cristal”,¹¹ todas suscitadas pela descrição de Herculíno. Mas, apesar de se manter a maior parte do tempo calado, o narrador descreve as ações corpóreas do delegado como se quisesse dar algo a entender, não por palavras, mas por gestos, como “indo ajeitar uma carabina, que se exibia, inócua, na parede” (ROSA, 1981, p. 53), ou em outro trecho, na verdade um parágrafo inteiro destinado à descrição da ação muda do personagem:

Meu amigo fez uma coisa. Virou, por metade, o rosto, para encarar aquela carabina. Sério, carregando o minuto. Só. Sem voz. Mais nela afirmando a vista, enquanto umas quantas vezes rabeava com os olhos, na direção do homenzinho; em ato, chamando-o a que também a olhasse, como que a o puxar à lição. Mas o outro ainda não entendia que ele acenasse em alguma coisa. (ROSA, 1981, p. 54)

O gestual do delegado ao longo desse parágrafo parece o tempo todo chamar a atenção de José para as armas de sua vasta coleção, como que a indicar que nelas estava a solução de seu problema. Mas o pobre homenzinho não entendia os sinais do delegado, que parecia querer agir como um oráculo, ao dar pistas indiretas de qual solução tomar em vez de declará-las explicitamente – como dar a entender que não cabia a ele a solução, mas a uma força maior que se mostrava em sinais. Sempre de forma indireta, o delegado procede a sua insinuação, “sempre em fito, na arma, na parede, e remirando o outro – ao tempo que – tanto quanto tanto” (ROSA, 1981, p. 54), até que, em dado momento, José percebe o que se passa, “O homenzinho se arregalou – de desperto. Desde que desde, ele entendesse” (ROSA, 1981, p. 54). No exato momento em que as consciências de José e do delegado se encontram, acontece esse processo insólito na linguagem de duplicação de significantes, como

cujo, ou seja, do próprio demo.

¹¹ A referência à “crista” poderia corroborar a visão de Werner (2013) sobre a adaptação do episódio homérico entre Aquiles e Heitor, já que na *Iliada* o herói troiano, aproximado do jagunço do conto, é marcado pelo penacho que levava no capacete de combate, descrito com vivacidade na *Iliada* (IV, vv. 466-470), cena em que o filho se espanta com a visão do pai com tal aspecto.

“tanto quanto tanto”, “desde que desde”, como a indicar uma unificação dos dois em um só, o que se confirmará no desfecho do caso.¹²

Entendidos um com outro, José sai da casa do delegado para tomar o rumo decidido por ambos anteriormente (na verdade, decidido por um e aceito por outro). José, antes em dúvida na sua identidade entre o nome de batismo, portanto no mando da fé, e o apelido, Zé Centralfe, do âmbito terrestre, agora parece pleno, pois só neste momento o narrador lhe chama de José Centralfe. Ao partir, ele agradecia ao delegado e se sentia “reespiritado, com a força de seu santo” (ROSA, 1981, p. 54). Como nota Werner (2013, p. 2-3), a figura do delegado parece agir no conto como os deuses homéricos com seus heróis prediletos ou descendentes, inspirando-lhes antes da batalha, tendenciosamente, e por outro lado tendo a missão de manter a *moira* de cada um, independente de seus desejos, como Zeus é obrigado a deixar morrer o filho dileto Sarpédon, no canto XVII da *Iliada*. Como destaca ainda o próprio Werner (2013, p. 3), citando Graziosi e Haubold, na *Iliada* são duas as possibilidades de ponto de vista de uma ação: “ou bem como aquilo que é determinado como um padrão fixo e estável (*moira*), ou como parte de uma intenção particular (*telos*)” (GRAZIOSI; HAUBOLD, 2015, p. 90 *apud* WERNER, 2013, p. 3). Como visto ao longo de todo o conto, o autor parece jogar com esse *topos* clássico da dupla motivação, mas sem se restringir a ele, já que o autor mineiro bebe em mais fontes do que apenas a tradição grega, como fica claro com a menção à Epístola de São Paulo, ou ainda à ideia hinduísta de *karma*, em uma de suas frases sapienciais: “Se o destino são componentes consecutivas – além das circunstâncias gerais da pessoa, tempo e lugar... e o karma” (ROSA, 1981, p. 51). Seja qual for a fonte utilizada, o que parece mais uma vez é que o delegado está sempre trazendo à tona frases e conceitos que se

¹² Se por um lado a duplicação de termos no português soa estranha e arrevesada, esse é um tipo comum de construção na língua grega, com expressões típicas como *enta kai enta* (aqui e ali) ou *to kai to* (um e outro), e próximo ao uso de uma figura de linguagem comum na língua grega, a *hendiades*. Os recursos estilísticos do autor são muitos, dos quais ainda seria possível notar, comparado mais uma vez a Homero, o estilo paratático, talvez mimetizando também no estilo os épicos gregos, para além do seu uso enquanto matéria. Em *Grande sertão: veredas* são muitas as fórmulas repetidas à exaustão, e entre elas uma se destaca: a expressão “mire (e) veja”, tratada por Werner (2016, p. 177-194) em relação à composição oral da épica antiga.

apoiam na tradição sobre o destino, a *moira* ou o *karma*, mas, por trás disso, ele parece agir de forma a configurar aquilo que chama de “fatalidade”.

Os últimos parágrafos do conto que contêm o desfecho da ação são breves, porém desvelam mais uma série de sinais, humanos e, supostamente, divinos. Quando o protagonista deixa a casa do delegado, este último indaga a si mesmo, em discurso indireto livre: “O homenzinho, tão perecível, um famigucho, o mofino – era para esforço tutânico? Meu amigo, sendo o dono do caos” (ROSA, 1981, p. 54). Só nesse trecho temos uma série de adjetivos que continuam qualificando Zé Centralfe como um ser diminuto – “perecível”, “mofino”, “homenzinho”¹³ – em contraposição à grandeza do delegado, que é nada mais nada menos que “o dono do caos”, uma figura presente entre as divindades primordiais que tinha pela frente uma questão “tutânica”, tal qual a guerra de Zeus contra Crono, que estabeleceu a ordem final do cosmos. Como nota Pacheco (2006, p. 97), o “caos” simboliza aqui a ausência da ordem tanto buscada por José; mas, por outro lado, ser designado como “dono” dele parece mostrar que, na verdade, é o próprio delegado que controla essa desordem. Na sequência dessa meditação, o delegado abre o jogo e mostra suas cartas, quando diz: “sigamos nosso carecido Aquiles” (ROSA, 1981, p. 54). Mais um adjetivo de decalque do personagem, “carecido”, que vem como epíteto de Aquiles, que na *Iliada* costuma ser chamado de “pés rápidos”. Mas, assim como Zé Centralfe, Aquiles também sofre na *Iliada* o assédio de sua cativa, Briseida, por parte de Agamêmnon, e por esse motivo ele se retira do combate (WERNER, 2013, p. 4). Assim também José tentou evitar a contenda desde o início, mas por fim ele terá que enfrentá-la, como Aquiles tem de voltar ao combate com a morte de Pátroclo.

A solução do embate é curta, “E... Foi: fogo, com rapidez angélica”, o valentão agora jazia caído, “com algo entre os próprios e infra-humanos olhos, lá nele – tapando o olho da rua”¹⁴ (ROSA, 1981, p. 55). Com uma bala na

¹³ Vários outros adjetivos são usados ao longo do conto nesse mesmo sentido, como: “miúdo”, “moído”, “coitado”, “rebaixado”, “desonrado”, “ameaçado”.

¹⁴ A dupla referência aos olhos nesse trecho não parece, mais uma vez, casual, já que em outras passagens eles são também ressaltados, como em: “olhos de cachorro”, “rabo-de-olho”, “olho quente”. A insistência nos olhos, e, portanto, na visão, pode reforçar a perspectiva humana de fatos atribuídos a esfera divina.

cabeça e outra no coração, pois dois foram os tiros que mataram Herculíno. Mais clara, impossível, a ação da dupla motivação, uma dupla morte, na sede do pensamento e da emoção. Mas, como nada em Guimarães parece ser tão simples assim, “foram três, porém, que haviam tirado arma, e dois tiros tinham-se ouvido” (ROSA, 1981, p. 55). Herculíno não teve tempo de reação, pois era um “homem lento”.¹⁵ A terceira via, constante desse volume de *Primeiras estórias* – como disse Rónai (1981, p. XXX): “todos os rios do mundo de Guimarães Rosa têm três margens” – aparece novamente, como uma possibilidade intermediária, talvez entre a determinação divina e a responsabilidade das ações humanas. No entanto, assim como o terceiro tiro não ocorre, parece de fato, como confirma o fatalismo do delegado, que não havia a possibilidade de modificação do fado. Como declara Meu Amigo após um paradoxal “oh’ polissilábico”, ou seja, impossível, como a vida humana: “tudo não é escrito e previsto? Hoje o deste homem. Os gregos...” e completa dizendo: “a necessidade tem mãos de bronze” (ROSA, 1981, p. 55). A aparente responsabilização da morte do sujeito como devida à necessidade (*ananke*)¹⁶ parece na verdade uma declaração ambígua, pois, como nota Roncari (2007, p. 36), “dizer que a necessidade tem mãos de bronze significa dizer que a necessidade também é dura e armada, igualmente capaz de violências e que, portanto, sua realidade não é mais a da santidade ou inocência”. Isso significa, portanto, que, dada a ineficácia da lei humana, o delegado é obrigado a usar da violência para cumprir a lei, não mais humana, mas divina (como a epístola de São Paulo predizia, na qual se referia à lei, não humana, mas a declarada pelo próprio Deus no Sinai, que proibia desde então a cobiça da mulher alheia). Já a primeira afirmação sobre a inevitabilidade do destino, seguida da alusão aos gregos, se por um lado traz à tona a importância do destino, da *moira*, para aquela civilização, por outro lado desconsidera todo o processo de tomada de decisões que os gregos se notabilizaram por estabelecerem nas cidades, com a criação das assembleias e do sistema jurídico impessoal, ou ainda, como nota o mesmo Roncari:

¹⁵ Justamente o oposto de seu adversário, Aquiles, que tem como epíteto frequente nos épicos homéricos a expressão “de pés rápidos”.

¹⁶ Palavra que inclusive que aparece na capa original de *Primeiras Estórias*, de autoria do artista Luís Jardim, grafada em alfabeto grego, seguida pela ilustração de uma flecha perseguindo um homem, símbolo do seu fado imutável.

A decisão sobre o destino dos homens é desviada das mãos da fatalidade (e nisso reside a ironia do conto) e do miraculoso para as mãos do sujeito, que reage às forças da truculência. Foi o que determinou que os gregos da citação entrassem para a história. Foram os gregos que criaram nas cidades uma ordem civil fundada na lei e no acordo, que implementaram a ágora, onde discutiam e decidiam como reagir às ameaças e às ações injustas sem se render à fatalidade da sorte e dos destinos. (RONCARI, 2007, p. 37)

Colocando essa reflexão no contexto em que o autor escreve o conto, após a construção de Brasília, e do contexto em que o conto se passa, após a “Revolução” de 1930 podemos entender a relação entre esses momentos históricos tão longínquos, pois, assim como na Grécia arcaica e clássica a lei começava a ser instituída em termos mais racionais, assim também, no período posterior à Primeira República, a ordem estatal começa a centralizar-se e a tomar formas mais impessoais – e esse processo ainda estava em curso quando do tempo da escrita, com a centralização do poder na nova capital.

Nesse quadro institucionalizado, o delegado não podia mais agir como agiam os mandatários locais do tempo da Primeira República, na qual a violência era exercida sem nenhuma justificação. Nesse novo momento do país (e da obra do autor), o delegado precisa de um alibi para o assassinato, que não pode ser apenas o cumprimento de uma lei superior. Ele precisa agora de uma justificação legal perante os códigos de uma sociedade modernizada, e assim ele o faz, pois relata no boletim de ocorrência uma “Resistência à prisão, constatada” (ROSA, 1981, p. 55). É de fato uma mudança notória a mínima necessidade de justificativa nesse novo momento, mesmo que as ações praticadas continuem a ser decididas de forma pessoal. Nesse sentido, Pacheco observa que:

A necessidade de justificar legalmente o ato ilícito, maquiando-o com as tintas da ordem, aponta para um contexto em que a legalidade parece ter avançado um passo – por certo, não na consciência de seu representante, mas no reconhecimento da letra da lei como poder maior, que não pode ser francamente desafiado (ainda que burlado às escuras). (PACHECO, 2006, p. 99)

A autora ainda observa que “Trata-se de uma lógica sofismática, que liga seus atos às já notadas razões fatalistas. Para arrematar, o arbítrio ganha etiqueta legal” (PACHECO, 2006, p. 99). Essa lógica sofismática a que Pacheco alude pode ser ainda expandida notando-se como o desfecho do conto parece dirimir a dualidade antes colocada entre a lei e a graça, ou entre o poder divino e o humano, mas parece apontar para outra dualidade típica da sofística grega: a oposição entre *nomos* (lei) e *physis* (natureza). Trataram dessa questão sofistas como Cálicles, no diálogo platônico *Górgias*, em que dizia que as leis humanas (*nomos*) serviam apenas para defender os mais fracos e as massas, não deixando os mais fortes e nobres, por natureza (*physis*), se sobreporem sobre os demais, o que na visão do sofista seria o mais justo. Num dado momento do diálogo em que Sócrates propõe ao aluno de Górgias a questão sobre o ato de cometer e sofrer injustiças, o sofista o refuta na sua argumentação sobre a preferência ao sofrer do que ao cometer uma delas, acusando os legisladores de defenderem os mais fracos por meio das leis:

Eu, todavia, julgo que os promulgadores das leis são os homens fracos e a massa. Assim, em vista de si mesmos e do que lhes é conveniente, promulgam as leis e compõem os elogios e os vitupérios. Amedrontando os homens mais vigorosos e aptos a possuir mais, eles dizem, a fim de que estes não possuam mais do que eles, que é vergonhoso e injusto o acúmulo de posses, e que cometer injustiça consiste na tentativa de possuir mais do que os outros; pois visto que são mais débeis, eles prezam, julgo eu, ter posses equânimes. (PLATÃO, *Górgias*, 383 b-c)¹⁷

O delegado age de início justamente na direção da defesa dos mais fragilizados, como os legisladores aludidos por Cálicles, em oposição a Herculínio,

¹⁷ ἀλλ’ οἶμαι οἰτιθέμενοι τοὺς νόμους οἱ ἀσθενεῖς ἀνθρώποι εἰσιν καὶ οἱ πολλοί. πρὸς αὐτοὺς οὖν καὶ τὸ αὐτοῖς συμφέρον τοὺς τε νόμους τίθενται καὶ τοὺς ἐπαίνους ἐπαινοῦσιν καὶ τοὺς ψόγους ψέγουσιν· ἐκφοβοῦντες τοὺς ἔρρωμενεστέρους τῶν ἀνθρώπων καὶ δυνατοὺς ὄντας πλέον ἔχειν, ἵνα μὴ αὐτῶν πλέον ἔχωσιν, λέγουσιν ὡς αἰσχροὺν καὶ ἄδικον τὸ πλεονεκτεῖν, καὶ τοῦτο ἐστὶν τὸ ἀδικεῖν, τὸ πλέον τῶν ἄλλων ζητεῖν ἔχειν· ἀγαπᾶσι γὰρ οἶμαι αὐτοὶ ἂν τὸ ἴσον ἔχωσιν φαυλότεροι ὄντες. Tradução de Daniel Lopes (2001).

que tem sua conduta pautada não na igualdade, mas na imposição da sua potência (*dynatos*), como eram os modelos defendidos também por sofistas como Trasímaco na *República* (336a), tais quais Periandro, Perdicas e Xerxes, entre aqueles que, segundo Sócrates, pensavam que a justiça era fazer bem aos amigos e mal aos inimigos. O que parece ocorrer no conto, por fim, é que não são nem a graça nem a ordem divina, sugeridas pelo delegado, que se sobre põem à lei humana, mas sim a vontade pessoal e o uso da força física (*physis*), que ultrapassam a lei estabelecida (*nomos*), com a justificativa de fazer cumprir uma determinação superior. A figura ambígua do delegado é ao mesmo tempo a do legislador democrata que reflete sobre a importância da impessoalidade das leis, mas que age como um tirano mão de ferro, executando por meio da força e fazendo antes o bem ao “Seu” Amigo.

O mito de prometeu: a compensação como justiça

Decidido o destino de cada um dos personagens, o narrador informa que o delegado “convida-nos a almoçar, ao Zé Centeralfe, principalmente” (ROSA, 1981, p. 55). O final apaziguador do conto serve, para além de dirimir os conflitos, para evidenciar a posição do narrador na *estória* contada.¹⁸ Ao se incluir no grupo que é convidado pelo delegado a almoçar, esse narrador deixa implícito que ele esteve de fato presente durante todo o desenvolver do encontro até a solução final deste. Com essa informação, a ação contada ganha a credibilidade de ter sido presenciada a olho nu (*autopsia*), e não como uma informação contada de segunda mão. Esse fato não é uma mera informação casual, mas traz à narrativa uma fidedignidade (*fides*) da ação narrada, justamente em um conto em que a todo momento a autoria da ação é passada da mão dos personagens para uma determinação sobre-humana. Ao ressaltar a presença física do narrador no caso, o autor parece mais uma vez colocar a perspectiva humana como imperante, à frente dessa cortina de fumaça que o delegado, e seu cúmplice narrador, parecem criar ao trazer à tona a atmosfera mística.

¹⁸ O final reconciliador é marca das *estórias* desse volume, e leva o tom elevado, épico e trágico, do conto para algo mais cômico – e nada mais próximo da comédia antiga que um final em banquete, assim como terminam obras tais quais *Acarnenses* e *Vespas*, de Aristófanes.

No último parágrafo do conto encontra-se mais um dos aforismos do delegado, o qual proclama mais uma vez o impossível: “Meditava, o Meu Amigo. Disse: ‘Essa nossa Terra é inabitada. Prova-se, isto...’ – pontuante” (ROSA, 1981, p. 55). O desfecho do conto dessa forma peremptória e com essa afirmação absurda reforça um traço importante desse volume de contos que é o seu caráter onírico, como já notaram vários críticos. Mas, se retomarmos a linha seguida especificamente por esse conto, podemos interpretar também a última afirmação do delegado mais uma vez na chave do discurso sofismático a que aludia Pacheco. Nesse sentido, salta aos olhos não só nessa frase gnômica, mas, em quase todas, a alusão à impossibilidade da vida: nesta última, a Terra é inabitada, já na primeira dessas frases ele diz que “a vida de um ser humano, entre outros seres humanos, é impossível, o que vemos é apenas um milagre, salvo melhor raciocínio” (ROSA, 1981, p. 51).

No entanto, além do patente universo onírico dos contos desse volume e de suas explicações milagrosas, outra interpretação se faz presente. Como já notado ao longo de todo o conto, a noção principal trabalhada pelo autor é a ideia da justiça – seja ela humana, seja divina –, e nesse sentido as afirmações do delegado sobre a impossibilidade da vida humana entre outros seres humanos encaminham o leitor a pensar imediatamente que, sem essa dimensão da justiça, de fato a vida humana em sociedade é inviável. Parece claro esse sentido por trás dos aforismos e aporias do delegado, e pode sugerir a reelaboração de um mito antigo, como o de Prometeu, especificamente como contado por Protágoras no diálogo platônico homônimo ao sofista,¹⁹ no qual ele explica como os homens viviam dispersos até se agruparem em cidades, mas isso só após Zeus conferir ao homem a virtude política (*politike arete*). Essa relação ex-

¹⁹ Bastante diferente de outra versão, contada por Ésquilo em seu *Prometeu Acorrentado*, assim como do mesmo mito trabalhado por Hesíodo em *Teogonia* e em *Trabalhos e Dias*. Se houvesse espaço disponível, seria interessante comparar os relatos desses outros mitos, que trazem a contenda de Prometeu contra Zeus, o logro (*dolos*) do Titá, o estabelecimento dos sacrifícios e o advento da mulher (Pandora). Sem dúvida, o papel desempenhado pela mulher de Zé no conto poderia ser aproximado ao de Pandora, assim como a morte do valentão por motivo de legítima defesa pode ser vista como um sacrifício cruento, aos moldes dos estabelecidos por Prometeu, nesse caso necessário para purificar a sociedade, mesmo que à força e usando mais uma vez do logro (*dolos*), dessa vez mascarado nas leis institucionalizadas e burladas ao próprio gosto.

plicaria então por que foi possível a existência da vida humana, como já notara o delegado: “o que vemos é apenas um milagre”, ou, no caso dos gregos, um presente divino. Podemos ainda ver várias outras relações desse mito narrado por Protágoras com o conto em questão – por exemplo, quando Epimeteu faz a distribuição das qualidades entre os animais, “a alguns ele atribuiu força sem velocidade, dotando de velocidade os mais fracos” (PLATÃO, *Protágoras* 320 e)²⁰; algo semelhante se verifica no conto, em que Herculinão, o dono da força, morre por ser um “homem lento”, enquanto Zé Centeralfé, desprovido de força, possui mais agilidade. Ainda nesse mesmo mito se diz que “Destarte agiu com todos, aplicando sempre o critério da compensação. Tomou essas precauções, para evitar que alguma espécie viesse a desaparecer” (PLATÃO, *Protágoras* 321 a)²¹ – assim como é pela compensação que o delegado age: já que a justiça institucionalizada não impera, é ele que deve fornecer as armas de que carecia Zé, como os animais indefesos. Mas o mais importante nesse mito é que Epimeteu, ignorante de antemão, como o nome sugere (*epi + metis*), dependeu todas as qualidades nos animais, esquecendo-se dos homens. Quando seu irmão Prometeu, esse sim dotado de sabedoria e previsão dos eventos (*pro + metis*), se apercebeu do fato, teve de arranjar aos homens algum meio de sobrevivência e proteção, e para isso ele rouba de Hefesto e Atena o fogo e as artes, respectivamente. Dessa forma “foi dotado o homem com o conhecimento necessário para a vida; mas ficou sem possuir a sabedoria política” (PLATÃO, *Protágoras* 321 d). Esse conhecimento cabia só a Zeus, e até que ele o entregasse aos homens estes viviam isolados, sujeitos a perigos dos quais não se podiam defender, arriscados à extinção absoluta, como narra Protágoras:

Providos desse modo, a princípio viviam os homens dispersos; não havia cidades; por isso eram dizimados pelos animais selvagens, dada sua inferioridade em relação a estes; as artes mecânicas chegavam para assegurar-lhes os meios de subsistência, porém eram inoperantes na luta contra os animais,

²⁰ ἐμὸν δὲ τοῖς μὲν ἰσχύϊν ἄνευ τάχους προσῆπτεν, τοὺς δ' ἄσθενεστέρους τάχει ἐκόσμηι.
Tradução de Carlos Alberto Nunes (2002).

²¹ καὶ τᾶλλα οὕτως ἐπανισῶν ἔνεμεν. ταῦτα δὲ ἐμηχανᾶτο εὐλάβειαν ἔχων μὴ τι γένος ἄπιστωθεῖη. Tradução de Carlos Alberto Nunes (2002).

visto carecerem eles, ainda, da arte política, da qual faz parte a arte militar. À vista disso experimentaram reunir-se, fundando cidades, para poderem sobreviver. Mas, quando se juntavam, justamente por carecerem da arte política, causavam-se danos recíprocos, com o que voltavam a dispersarem-se e a serem destruídos como antes. (PLATÃO, *Protágoras* 322a-322c).²²

A descrição de Protágoras da criação dos homens e das cidades coaduna com o que vemos no conto *Fatalidade*, já que este versa sobre o momento político do Brasil em que o poder centralizado e a justiça institucional emergiam, assim como a migração para os centros urbanos crescia. Tal qual o mito, o conto parece nos contar como o homem, desprovido dessa virtude política, se destruíam mutuamente – como se passava nos ambientes dos livros anteriores de Rosa, em um sertão ausente dessa civilidade emergente. Outra apropriação possível é a relação feita no mito entre arte política e força militar, pois é exatamente através desta – a qual o delegado praticava diariamente em seu quintal, com sua carabina – que a virtude política é instaurada no conto, ou seja, pelo assassinato à mão armada do infrator dos códigos morais.

Conclusão

Ao fim e ao cabo, pela forma como é utilizada ao longo do conto, a tradição literária e filosófica grega aparece de forma a dar um ar de autoridade às ações e pensamentos do delegado. Assim como ordenou Zeus a Hermes no fim do mito platônico, os homens deveriam ser dotados de certas qualidades fundamentais para a convivência entre eles (PLATÃO, *Protágoras* 322 c-d): “Preocupado Zeus com o futuro de nossa geração, não viesse ela desaparecer de todo, mandou que

²² οὗτω δὴ παρεσκευασμένοι κατ' ἀρχὰς ἄνθρωποι ὄκουν σποράδην, πόλεις δὲ οὐκ ἦσαν· ἀπόλλυντο οὖν ὑπὸ τῶν θηρίων διὰ τὸ πανταχῆ αὐτῶν ἀσθενέστεροι εἶναι, καὶ ἡ δημιουργικὴ τέχνη αὐτοῖς πρὸς μὲν τροφὴν ἰκανὴ βοηθὸς ἦν, πρὸς δὲ τὸν τῶν θηρίων πόλεμον ἐνδεής· πολιτικὴν γὰρ τέχνην οὐπω εἶχον, ἧς μέρος πολεμικὴ – ἐζήτουν δὲ ἀθροίζεσθαι καὶ σφάζεσθαι κτίζοντες πόλεις· ὅτ' οὖν ἀθροισθεῖεν, ἠδίκουν ἀλλήλους ἅτε οὐκ ἔχοντες τὴν πολιτικὴν τέχνην, ὥστε πάλιν σκεδαννύμενοι διεφθείροντο. Tradução de Carlos Alberto Nunes (2002).

Hermes levasse aos homens o Pudor e a Justiça, como princípio ordenador das cidades”²⁴, e ficou estabelecido pelo rei dos deuses que “todo homem incapaz de pudor e justiça sofrerá a pena capital, por ser considerado flagelo da sociedade”²⁵. O delegado se coloca sempre em uma posição elevada, pois assim como Zeus ele ordena a pena capital a Herculino, que esteve longe do pudor e da justiça, e por isso precisava ser eliminado do convívio coletivo. Ainda poderíamos pensar no delegado como apenas um instrumento do poder divino para que se faça cumprir essa determinação superior, como ele mesmo sugere ao longo da trama. Ao fim, parece que Meu Amigo é tanto o arco como a flecha, tanto Zeus como Hermes, tanto o determinador quanto o mensageiro da justiça, subvertendo a noção de uma justiça de ordem apenas divina. E, mais uma vez, joga-se ironicamente com a autoridade clássica: a sentença “quem sabia de tudo eram os gregos”, que legitimaria tudo o que se passou, talvez não seja mais, afinal, do que um chiste do “Nosso” Amigo – como nos deixa entrever o narrador, de forma oblíqua, reforçando a farsa místico-filosófica criada pelo delegado.

Referências

GRAZIOSI, B.; HAUBOLD, J. *Homer: the resonance of epic*. London: Duckworth, 2005.

HARDWICK, L. *Reception studies*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HOMERO. *Iliada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003.

MARTINS, Nilce Sant’Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: Editora EDUSP, 2001.

PACHECO, Ana Paula. *O lugar do Mito: narrativa e processo social nas Primeiras histórias de Guimarães Rosa*. São Paulo: Nankin, 2006.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução, ensaio introdutório e notas de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2011.

²⁴ Ζεὺς οὖν δεῖσας περὶ τῷ γένει ἡμῶν μὴ ἀπόλοιτο πᾶν, Ἑρμῆν πέμπει ἄγοντα εἰς ἀνθρώπους αἰδῶ τε καὶ δίκην, ἵν’εἴεν πόλεων κόσμοι τε καὶ δεσμοὶ φιλίας συναγωγοί. Tradução de Carlos Alberto Nunes (2002).

²⁵ τὸν μὴ δυνάμενον αἰδοῦς καὶ δίκης μετέχειν κτείνειν ὡς νόσον πόλεως. Tradução de Carlos Alberto Nunes (2002).

_____. Protágoras. In: *Protágoras, Górgias e Fedão*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2ª ed. Belém: EDUFPA, 2002.

_____. *República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

RONCARI, Luiz. *Literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

RÓNAL, Paulo. Os vastos espaços. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras histórias*. 12ª ed. [1ª ed. 1962]. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras Histórias*. 12ª ed. [1ª ed. 1962]. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

WERNER, Christian. Afamada estória: “Famigerado” (*Primeiras histórias*) e o canto IX da *Odisseia*. *Nuntius Antiquus* v. 8.1: 29-50, 2012.

_____. A anta e o valentão: leitura da *Iliada* em “Fatalidade” de J. Guimarães Rosa. Conferência apresentada em agosto de 2013 no *Seminário Internacional Archai: Deuses, homens e heróis* – entre gregos & baianos. Disponível em: https://www.academia.edu/5943966/A_anta_e_o_valent%C3%A3o_leitura_da_Il%C3%ADada_em_Fatalidade_de_J._Guimar%C3%A3es_Rosa. Acesso em 12 set. 2017.

_____. Mire veja: uma fórmula em *Grande sertão: veredas*. *Aletria* v. 26, n.1: 177-194, 2016.

THE CLASSICAL AUTHORITY IN GUIMARÃES ROSA’S “FATALIDADE”

ABSTRACT

Analysis of the short-story “Fatalidade”, of *Primeiras Histórias*, and the references to Greek literature and philosophy, from intertexts with Homer, to the reverberation of passages from the Platonic dialogues. The reception of the classical universe in this short-story works with the *topos* of human and divine determinations on destiny, and uses the dichotomy between the physical order (*physis*) and the establishment of laws (*nomoi*).

KEYWORDS: Guimarães Rosa; Plato; Homer.

